



PARECER PRÉVIO Nº 32/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10956/2015.

Apenso: Processo nº 12226/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

6- Advogado: Não Possui.

7- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 08/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.2514/2515).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88, art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/1991, art. 1º, I e 29, da Lei Orgânica do TCE/AM e art. 3º da Resolução TCE nº 09/1997;

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 30 de Maio de 2017.



ACÓRDÃO Nº 32/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10956/2015.

Apenso: Processo nº 12226/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

6- Unidade Técnica: DICAMI, DICREA e DICOP.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 08/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls.2514/2515).

8- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, "a" item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, referente ao exercício de 2014, de responsabilidade do **Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;

9.2. Aplicar Multa ao Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira, no valor de R\$ 2.192,06 (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), que deve ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 54, IV, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, I, "a", do Regimento Interno do TCE/AM, pelo não atendimento a requerimento desta Corte nos autos nº 12226/2014, Representação anexa analisada em conjunto. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;



ACÓRDÃO Nº 32/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 9.3. Aplicar Multa ao Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira**, no valor de R\$ 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), que deve ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 54, da LRF c/c art. 308, II, do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento do RGF do 3º quadrimestre de 2014. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.4. Aplicar Multa ao Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira**, no valor de R\$ 1.096,03 (mil e noventa e seis reais e três centavos), que deve ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 165, §3º da CF/88 c/c art. 308, II, do Regimento Interno do TCE/AM, pelo atraso no encaminhamento do RREO do 6º bimestre de 2014. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.5. Aplicar Multa ao Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira**, no valor de R\$ 13.152,37 (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), que deve ser recolhido na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II e III, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, V e VI, do Regimento Interno do TCE/AM, por atos de gestão ilegítimos ou antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário e atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.6. Considerar em Alcance o Sr. Mariolino Siqueira de Oliveira**, no valor de R\$ 2.400.299,80 (dois milhões, quatrocentos mil, duzentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), que deve ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, nos termos do art. 304, I, II e III e parágrafo único do Regimento Interno do TCE/AM, por irregularidades apontadas no Relatório da DICAMI e DICREA, (R\$ 716.149,90), e Relatório da DICOP, no valor de (R\$ 1.684.149,90). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.7. Determinar à DICREX** que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;
- 9.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro** que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, em



ACÓRDÃO Nº 32/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

especial à Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de evitar a reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM, além das recomendações constantes nos Laudos Técnicos da DICAMI, DICREA e DICOP e do Parecer Ministerial.

10- Ata: 17ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 30 de Maio de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral